

A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira

LEILA BIJOS¹
VERÔNICA ARRUDA²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a diplomacia cultural empreendida pelo governo brasileiro, como instrumento de política externa para a promoção dos programas de inclusão social do Brasil no exterior. A análise ressalta que a política externa e a cultura fazem parte de um projeto de Estado que busca o desenvolvimento nacional através da promoção da diversidade cultural. Nesse sentido, o estudo da diplomacia cultural permite a compreensão de novas formas de inserção internacional, com a participação de instituições de ensino superior, centros de pesquisa e organizações não governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão cultural. Políticas públicas e sociais. Diplomacia cultural.

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the cultural diplomacy undertaken by the Brazilian government, as a tool of foreign policy for promoting the country abroad. The analysis shows that the Brazilian foreign policy and culture are part of a State project that seeks the national development through the promotion of cultural diversity. In this way, the study of cultural diplomacy allows us a broad understanding of new forms of international insertion, with the support of universities, research centers and international non-governmental organizations.

KEYWORDS: Cultural inclusion. Public and social Policies. Cultural diplomacy.

INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria e os efeitos do processo de globalização levaram o Brasil a se ajustar à nova realidade internacional, sair de seu isolacionismo, e buscar um papel de maior relevância no cenário externo. O desenvolvimento brasileiro das últimas duas décadas, aliado ao crescente envolvimento do Brasil nos grandes temas internacionais: direitos humanos, programas de erradicação da fome, Bolsa Escola, liderança da missão de paz da ONU no Haiti, participação como credor do FMI, produção e disseminação dos bicombustíveis, entre outros, são respaldados por uma política externa que visa a uma inserção cada vez maior no cenário internacional. Conseqüentemente, o número de parceiros internacionais aumenta exponencialmente a cada dia, o que mostra a necessidade de consolidar novas parcerias, bem como atrair outras.

A partir dessa inserção externa mais pró-ativa, é imperativo que o país multiplique os mecanismos que possam contribuir para a consecução das metas traçadas por sua política externa, assim como seu compromisso com as Metas de Desenvolvimento

1 Leila Bijos é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professora do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília, pesquisadora visitante da Universidade da Califórnia em San Diego, U.S.A, e da Universidade de Tsukuba, no Japão. E-mail: lbijos@ucb.br.

2 Verônica Arruda é Bacharel em Relações Internacionais pelo UDF e Mestranda pela Universidade de Brasília, membro do núcleo de pesquisa Laboratório de Política Internacional, sob a coordenação da Profa. Dra. Leila Bijos.

“ **A diplomacia cultural emerge como uma das mais completas ferramentas capazes de consolidar a posição brasileira em lugar destacado no cenário internacional, por permitir um intercâmbio entre os ganhos de cunho político, econômico e de cooperação.** ”

do Milênio das Nações Unidas¹. Desse modo, a diplomacia cultural emerge como uma das mais completas ferramentas capazes de consolidar a posição brasileira em lugar destacado no cenário internacional, por permitir um intercâmbio entre os ganhos de cunho político, econômico e de cooperação. No que se refere à cooperação, o Governo brasileiro conta com o apoio das instituições de ensino superior, como a Universidade Católica de Brasília, através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEx), que tem olvidado esforços para ampliar os acordos de cooperação com outros países, e incentivar os discentes da graduação e pós-graduação na pesquisa e extensão, interagindo com a sociedade civil.

A análise abrange o estudo das políticas de inserção internacional, especificamente através da cultura, dos dois últimos chefes do Governo brasileiro, Fernando Henrique Cardoso e Lula, que se destacam por serem os consolidadores da democracia no país. Ao se analisar os anseios brasileiros em prol da erradicação da fome e da miséria, verifica-se a repercussão das políticas públicas e sociais implementadas no território brasileiro, aliadas ao ensino e à pesquisa; numa visão de futuro.

1 As Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000. Acabar com a extrema pobreza e a fome, promover a igualdade entre os sexos, erradicar doenças que matam milhões e fomentar novas bases para o desenvolvimento sustentável dos povos são algumas das oito metas da ONU apresentadas na Declaração do Milênio, e que se pretendem alcançar até 2015.

Partindo da premissa de que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva adotou o tom de continuidade do Governo de Fernando Henrique Cardoso em matéria de política externa cultural, o que se pode verificar é a consecução de objetivos nacionais, destacando-se a participação das burocracias especializadas na formulação de política externa específica, com resultados concretos na utilização de uma ferramenta e diretrizes específicas que se configuram como balizadoras de um novo marco na história da política externa brasileira, que tem sido difundida nos mais diversos países.

CULTURA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os fluxos de relacionamentos entre as sociedades sempre existiram, em diversos campos de interação como o econômico, político e cultural, e, com o tempo, tornaram-se mais complexos, dinâmicos e importantes. Assim como essa interação se tornou inevitável, ficou claro que o que se passava nas outras sociedades também influenciava o contexto interno, na dinâmica doméstica de cada povo; e que as ações tomadas em âmbito interno, pelos diversos organismos de comando, teriam repercussão em outras sociedades². A esse conjunto de ações, atores e organismos, nos permitimos denominar de Relações Internacionais. Essas relações entre os Estados, seus atores por excelência, as Organizações Internacionais, as empresas multinacionais, instituições de ensino superior, com o intercâmbio entre docentes e discentes, as Organizações Não Governamentais situam-se no que chamamos hodiernamente como *soft power* e *smart power*, num contexto de globalização, cultura e diplomacia.

Soft power (poder brando) é um conceito introduzido por Joseph Nye na década de 1980 e tem como objetivo facilitar a compreensão da abordagem feita pela política externa dos Estados Unidos. De acordo com Nye, *soft power* é “[...] the ability to get what you want through attraction rather than coercion or payments. It arises from the attractiveness of a country’s

2 PECEQUILLO, Cristina Soreanu. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004. p. 13.

culture [grifo nosso], political ideals, and policies. When our policies are seen as legitimate in the eyes of others, our soft power is enhanced" (NYE, 2004, p. 14)³.

O chamado poder brando se utiliza da persuasão e da atração para conseguir os objetivos, e o instrumento utilizado para tal empreendimento seria a atração cultural e a atração por valores políticos e ideológicos, destacando-se uma cultura e uma ideologia atraentes, servindo de marco para que os outros países o acompanhem em suas ações. O soft power é mais utilizado por aqueles países que não possuem vantagens na área militar ou econômica, e portanto se utilizam de meios alternativos para exercer influência.

A partir de uma globalização abrangente, preconizar o uso da força, o *hard power*⁴, em detrimento a uma aproximação menos agressiva, é pouco inteligente, pois a informação é instantânea, com uma rede de instrumentos midiáticos que mostram, através de imagens, o que acontece em cada uma das cidades, por mais pequena que ela seja. O poder brando emana em grande parte dos nossos valores, que se expressam na nossa cultura, na política que adotamos internamente e no modo como nos comportamos internacionalmente. Por outro lado, o *smart power*, conceito lançado em 2004 por Suzanne Nossel, seria o ponto de equilíbrio entre *hard power* e *soft power* para o exercício da hegemonia, seria a capacidade de influenciar e de agir tanto pela força quanto pelo consenso.

No próximo tópico, explicaremos o que é globalização e como esse fenômeno interfere nas Relações Internacionais de um país.

GLOBALIZAÇÃO E CULTURA

A globalização é um termo de difícil definição que se manifesta nos campos social, político, econômico e cultural. Para Thomas L. Friedman (2001, p. 29), "trata-se de um sistema internacional abrangente que modela as políticas nacionais e as

3 NYE JR., Joseph S. O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2002. p. 14.

4 Hard power é o uso da coerção, da indução e da intimidação como ferramenta para o exercício do poder.

“**Na verdade, o sonho de uma república igualitária, democrática, onde os cidadãos gozem da mesma igualdade de direitos, vivem em liberdade, tornou-se uma utopia.**”

relações internacionais de praticamente todos os países". A globalização, de acordo com Held⁵ "se refere a padrões arraigados e duradouros de interligação mundial". Ela é fruto da vontade dos seres humanos de conhecer o outro, de se aproximar e de auferir ganhos com essa aproximação, conforme evidenciou-se no período das grandes navegações, fato tido por muitos como o início da globalização. Sem entrar nesse questionamento, é certo afirmar que a globalização nasceu "[...] impulsionada pela transnacionalização da produção e do consumo, pela volatilização das finanças, pela atribuição de um papel maior para os atores transnacionais, pela aceleração das inovações tecnológicas [...]"⁶.

A globalização implica em uma magnitude ou intensidade crescente de fluxos globais, o que redundava em Estados e sociedades enredados em sistemas mundiais e redes de interação. Na verdade, o sonho de uma república igualitária, democrática, onde os cidadãos gozem da mesma igualdade de direitos, vivem em liberdade, tornou-se uma utopia. Como consequência, ocorrências e fenômenos distantes passam a ter sérios impactos internos, enquanto acontecimentos locais e podem gerar repercussões globais de peso. O sonho de todos é que se viva numa república que saiba rejeitar o imperialismo, a imposição e a corrupção.⁷

5 HELD, David; MCGREW, Anthony. Prós e Contras da Globalização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

6 ORTIZ, Renato. Mundialização da Cultura, São Paulo: Brasiliense, 1994.

7 BIJOS, Leila. A Tempestade ou o Pesadelo da globalização. Texto para Discussão N° 2, Série Relações Internacionais, Brasília: Editora Univera, outubro de 2001, p. 6.

Atualmente, a sociedade vive interconectada. As barreiras de custo e tempo diminuíram consideravelmente, o desenvolvimento tecnológico, principalmente na área da informática, transporte e comunicação, revoluciona o comportamento das sociedades, aproximando-as de uma forma nunca antes imaginada. A globalização se nos apresenta como um contexto global crescentemente interconectado no qual distintos grupos socioculturais são colocados em contato de maneira intensa e acelerada, razão pela qual necessitamos operacionalizar a extensão nas instituições de ensino superior, voltada para a ação concreta do conhecimento.⁸

Desejos, sonhos, construções? Pesadelos de globalização? Horrores e incertezas? A globalização apresenta uma característica de integração e de inclusão, uma “dinâmica de universalização de particularismos, valorizando realidades identitárias específicas, e, ao mesmo tempo, a intensificação da noção de que o mundo é um lugar comum”.⁹ As várias construções percebidas nas Américas se constituem como resultado de novas formas, dinâmicas, níveis e intensidade de inter-relacionamentos sociais entre múltiplos agrupamentos humanos, mas também como lugares de assimetrias, de dificuldades, de pobreza e miséria. Essa dinâmica de fragmentação e de exclusão se transforma em conflitos, entre grupos de origens culturais distintas, postos em um contato aproximado e acelerado num mundo comprimido sob si mesmo.

Levando-se em consideração a velocidade com que as informações atravessam o globo, a tecnologia utilizada diariamente por milhares de pessoas e o vasto intercâmbio entre povos e culturas, enfim, toda essa cadeia de ações a que chamamos de globalização da informação, dos costumes e da tecnologia, ter-se-á um fluxo de trocas culturais realizadas em favor das relações diplomáticas. O objetivo do Estado torna-se evidente, em função da emergência do fator cultural que procura ampliar essas avenidas espontaneamente abertas pelos homens, multiplicando suas interligações culturais e,

por meio delas, prover seus cidadãos de novas ideias, da imposição de produtos e as perspectivas de alianças que ultrapassam as fronteiras nacionais.

A cultura pode desempenhar um papel importante na superação de barreiras, na promoção da cooperação e na redução de desconfianças mútuas. Países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Espanha, Alemanha e Japão, entre outros, já reconheceram o valor do uso da cultura como facilitador

“ Essa dinâmica de fragmentação e de exclusão se transforma em conflitos, entre grupos de origens culturais distintas, postos em um contato aproximado e acelerado num mundo comprimido sob si mesmo. ”

de sua inserção internacional.¹⁰ A França foi pioneira ao incorporar a cultura em favor de sua política externa, mesmo antes do século XIX, ainda nos reinados de Luis XIII e XIV, que prestaram apoio aos missionários e, através deles, difundiu a língua e cultura francesas na Europa, tornando o francês, ao final do século XVIII, a língua da nobreza e dos intelectuais. A França também foi a primeira a criar uma divisão específica em seu Ministério dos Negócios Estrangeiros com vistas a coordenar o trabalho de difusão da língua e cultura francesas no exterior. Cabe ressaltar que, na França, assim como em outros países, o papel do governo é essencial no auxílio e supervisão dos programas culturais exibidos no exterior, relegando o êxito dessas ações ao apoio político e financeiro do governo, mas não abdicando, porém, do apoio de entidades privadas.

A França só seria seguida por outros países, como a Grã-Bretanha e a Itália, entre as duas Grandes Guerras, e mais tarde pelos Estados Unidos da América e do

8 Referências adicionais podem ser encontradas em: IORIS, Rafael R. A Globalização cultural e os desafios para uma governança global democrática. Mural Internacional. Rio de Janeiro, ano I, n.1, p. 33-39, jan./jun 2010. Disponível em: < http://www.ppgri.uerj.br/pdf/Mural_internacional.pdf.>

9 Our Global Neighborhood the Report of the Commission on Global Governance, Oxford: Oxford University Press: 1995.

10 RIBEIRO, Edgar Telles. Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

Canadá, ao fim da Segunda Guerra e; posteriormente, Alemanha e Japão também iniciaram seus projetos de inserção internacional por meio da cultura.

Destarte, faz-se mister as exitosas ações dos Estados Unidos da América, que em meio ao conflito político, ideológico, tecnológico-militar e, cultural da Guerra Fria, conseguiram efetuar uma das propagandas mais influentes, até os dias atuais, de sua cultura, com o conhecido “*American way of life*”.

Sobressai-se no cenário internacional, o exemplo da diplomacia cultural espanhola, por meio do Instituto Cervantes e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional; bem como a diplomacia portuguesa, que

“**A diplomacia cultural é responsável por criar e implementar projetos nos quais a cultura será difundida, atuando na defesa dos valores nacionais, visando à inserção internacional daquele país.**”

atua por meio do Instituto Camões, nas mais diversas capitais brasileiras.

É importante frisar que existem modelos diferentes de atuação, por exemplo, através de intervenção e controle do Estado (França e Itália); através de agências autônomas (Grã-Bretanha com o “*British Council*” e, no Japão, com a “*Japan Foundation*”); por grupos mistos e apoio privado como é o caso dos Estados Unidos e Alemanha. Portanto, percebida dessa maneira, a diplomacia cultural é responsável por criar e implementar projetos nos quais a cultura será difundida, atuando na defesa dos valores nacionais, visando à inserção internacional daquele país.

Ao se contextualizar o Brasil, com suas dimensões continentais (8.547.403 Km² - o quinto país do mundo

em extensão¹¹), grande população (mais de 190 milhões de habitantes¹²) e forte economia (pelo PIB figura entre as 10 maiores do mundo), percebe-se suas ambições de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para ter voz ativa nos foros internacionais e alcançar objetivos mais amplos no que tange ao desenvolvimento econômico, cultural, opinião pública, sentimento nacional e respaldo para sua política exterior. Para isso, é premente que se eliminem as mazelas sociais, e que a sociedade organizada alcance objetivos transnacionais.

A fim de que esses objetivos sejam alcançados, os objetivos de inserção internacional do país devem ser trabalhados a partir de algumas ferramentas teóricas que podem auxiliar na tarefa proposta: diplomacia cultural e política externa.

O conceito de diplomacia, segundo Martin Wight¹³ é “o sistema e a arte da comunicação entre os Estados. O sistema diplomático é a instituição mestra das relações internacionais.” A diplomacia é exercida por embaixadores, ministros, núncios apostólicos, diplomatas etc. ou, em uma definição mais aplicada ao nosso campo de estudo, “A diplomacia compreende a ação externa de governos expressa em objetivos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses”.¹⁴

Ao nos debruçarmos sobre a análise do termo cultura, encontraremos escritores como Edward Tylor (1871), antropólogo britânico, que explicita que “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Em outra definição, de Antonio Houaiss, “cultura é um conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc., que distinguem um grupo social”.

A cultura cria elos antes inexistentes entre os diferentes povos, ela independe de origens, localização

11 Dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

12 Idem.

13 WIGHT, Martin. A Política do Poder. Tradução Carlos Sérgio Duarte. São Paulo: 2002. p. 4.

14 CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

geográfica, economia etc., ela possui um caráter universal, pois seu alcance é infinito.¹⁵ Nesse sentido, a cultura de um país representa sua identidade, aquilo que o difere de outras nações, o que torna cada país único. Em nosso campo de estudo, significa a primeira imagem do país, a apresentação para a manutenção de relações com outras nações, o cartão de boas-vindas.

Dessa forma, a cultura, aqui entendida como instrumento diplomático de política externa, proporciona ao Estado facilidades de inserção internacional de uma forma mais amena, ou de acordo com Joseph Nye¹⁶, utilizando “*soft power*”. Esse poder brando nos é concedido pela academia, através da extensão, e é projetada para relações que atendem tanto o público quanto o privado, como uma plataforma que garantirá a eficácia de políticas, efetivadas no seio da sociedade.

Em outra concepção, a cultura também pode ser entendida como variável capaz de conduzir ao conflito, a partir do pressuposto de que a globalização cultural apresenta, conforme afirmado em tópico anterior, dinâmicas de exclusão e fragmentação, como por exemplo, conflitos religiosos entre alguns seguidores fundamentalistas islâmicos e a sociedade ocidental com seus costumes e modo de vida tão díspares dos primeiros, o que foi identificado por Samuel Huntington, em sua obra “O Choque de Civilizações”, onde o autor divide o mundo em sete grandes civilizações a partir do critério religioso, a saber: a Ocidental, a Africana, a Islâmica, a Sínica, a Hindu, a Ortodoxa, a Latino-americana, a Budista e a Japonesa. Em sua explanação, infere que:

A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais. Nesse mundo, os conflitos mais abrangentes, importantes e perigosos não se darão entre classes sociais, ricos e pobres, ou entre grupos definidos em termos econômicos, mas sim entre povos pertencentes a diferentes identidades culturais. As guerras tribais e os conflitos étnicos irão ocorrer no seio das civilizações. [...].¹⁷

15 RIBEIRO, Edgar Telles, op. cit.

16 NYE JR., Joseph S. O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada, op. cit., p. 14.

17 HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Tradução de M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. p. 50-51.

“**Nesse sentido, a cultura de um país representa sua identidade, aquilo que o difere de outras nações, o que torna cada país único.**”

Como promover a reconciliação entre os povos? A complexidade de uma realidade imersa em falhas humanas é analisada por Harrison e Huntington,¹⁸ que afirmam:

[...] Os movimentos de auto-afirmação nacional, cultural e ou religiosa terão importância cada vez maior. O alinhamento ou distanciamento dos diferentes atores na sociedade internacional dependerá em grande parte de suas afinidades ou diversidades culturais.

Penso no papel dos mestres e suas preocupações com a formação dos jovens, em prepará-los para o mundo do trabalho, mas adequando-os a um ambiente de reflexão e interação com a comunidade. Penso também com Michelet “que o verdadeiro conceito de educação abarca não só o cultivo do espírito dos filhos pela experiência dos pais, mas também, e com frequência muito mais, o cultivo do espírito dos pais pela inspiração inovadora dos filhos”.¹⁹

Balizados nessas premissas, resta-nos utilizar da diplomacia cultural para evitar os conflitos entre os povos, fortalecer os recursos existentes em prol do entendimento, da cooperação e do comércio. O fenômeno da globalização deve ser analisado como transformação do espaço e do tempo, deve ser confrontado por questões que desafiam as premissas fundamentais do próprio sistema social e político, consequências de um “movimento de civilização”, como diria Wagner, o grande teórico alemão do Estado

18 HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. A cultura importa: os valores que definem o progresso humano, Rio de Janeiro: Record, 2002.

19 RODÓ, José Enrique. Ariel. Tradução de Denise Bottmann. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991. p. 26 apud BIJOS, Leila. A Tempestade ou o Pesadelo da globalização, op. cit., p.10.

Social.²⁰ Como manter um perfeito entendimento entre o capitalismo e a democracia, sem pender para o nacionalismo e o racismo exacerbado?²¹ Como promover a cultura no interior do país e além de nossas fronteiras?

O INCENTIVO À CULTURA POR MEIO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O fim da Guerra Fria e os efeitos do processo de globalização levaram o Brasil a se ajustar à nova realidade internacional, numa preparação para o terceiro milênio, retirando-o de seu isolacionismo. Nesse sentido, de acordo com Amaury de Souza, essas novas realidades visivelmente condicionaram as agendas de dois presidentes brasileiros: o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e seu sucessor, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.²²

O estudo das políticas de inserção internacional, especificamente através da cultura, dos dois últimos chefes do governo brasileiro, FHC e Lula, é extremamente importante para se entender os anseios brasileiros no exterior e como esse trabalho vem se desenvolvendo, além de ser um campo pouco explorado nas relações internacionais e no Brasil.

O período (1995-2010), que abrange os dois mandatos de Fernando Henrique e os dois mandatos de Lula, mostra-se de fundamental importância devido ao fato de serem os maiores representantes do poder pós-abertura comercial e econômica, iniciada na década de 1990, e por serem consolidadores da democracia no país. Com a ascensão de Lula ao poder em 2002, muitos analistas políticos, pesquisadores e estudiosos intensificaram os estudos sobre as ações de seu governo no intuito de identificar as rupturas com o governo anterior, de FHC.

A política externa diz respeito à ação de um país em prol da defesa de seus interesses; e está diretamente ligada à necessidade de atuar no cenário internacional, com vistas a defender os objetivos nacionais permanentes.²³

20 ROSANVALLON, Pierre. *A Crise do Estado-Providência*, Goiânia: Editora UnB e Editora UFG, 1997, p. 17.

21 BIJOS, Leila. *A Tempestade ou o Pesadelo da globalização*, op. cit., p.12.

22 SOUZA, Amaury de. *A Agenda Internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula*. Rio de Janeiro: Elsevier: CEBRI, 2009.

23 ALTEMANI, Henrique. *A Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2008.

“ Para o sucesso da diplomacia, há que se criar uma sintonia entre projetos nacionais e internacionais, em que a dinâmica das organizações encontra-se como foco aglutinador. ”

Nesse contexto, a política interna torna-se determinante para a política externa. No campo interno, é necessário um diálogo com diversas camadas da sociedade, visando garantir sempre maiores benefícios aos seus usuários, independentemente de a sua execução ficar sob a responsabilidade do Estado, do setor produtivo ou do movimento social.²⁴ Assim, a diplomacia deve partir dos interesses nacionais para tornar-se mais representativa. Para o sucesso da diplomacia, há que se criar uma sintonia entre projetos nacionais e internacionais, em que a dinâmica das organizações encontra-se como foco aglutinador.

Na esfera internacional, o objetivo é revelar o perfil do País aos demais membros da comunidade internacional. Para a concretização desse ideal, é necessária a definição do projeto internacional, que através da instrumentalidade das ciências e das tecnologias, dos recursos humanos e da força cidadã, permitirá que se atinjam as metas propostas. A consistência entre a política nacional e os projetos internacionais é o fator determinante da credibilidade de um país, inclusive no que se refere à sua autonomia. Tanto como decorrência da aproximação de um dos polos de poder mundial quanto como resultado da diversificação das parcerias ou da maior participação nas instituições internacionais. O cerne desta análise centra-se na busca de recursos de poder que garantam maior autonomia ao País no plano mundial. Como contrapartida dessas ideias ou, ainda, como uma de suas partes constituintes, encontram-se, sem dúvida

24 SÍVERES, Luiz (Org.). *Diretrizes de extensão*. Brasília: Universa, 2009. p. 9.

alguma, os interesses em prol do desenvolvimento, que traz no seu bojo o contexto político, econômico, militar e cultural, levando à busca por tecnologia e capacitação.

Nos últimos 20 anos, a emergência de novos temas na agenda internacional, tais como: direitos humanos, a gestão do meio ambiente, o terrorismo, a cooperação internacional, e outros, transformaram as prioridades dos Estados, inclusive do Brasil.²⁵ Essas transformações contribuíram para mudanças na condução da política externa no mundo atual.

No entanto, a política externa não é exclusivamente determinada pela simples interação entre os Estados como entes soberanos e unitários de acordo com os interesses de sua segurança a nível internacional, mas deve responder também às condicionantes internas. Para Robert Putnam, a política externa de um país pode ser entendida como um jogo de dois níveis (*two-level game*), no qual o primeiro plano (instituições domésticas) busca seus interesses pressionando o segundo plano (Estado) que tentará conciliar as demandas internas com os objetivos internacionais. Assim,

*At the national level, domestic groups pursue their interests by pressuring the government to adopt favorable policies, and politicians seek power by constructing coalitions among those groups. At the international level, national governments seek to maximize their own ability to satisfy domestic pressures, while minimizing the adverse consequences of foreign developments.*²⁶

No Brasil, esse jogo ocorre com a intensificação da interdependência econômica, com a adoção de uma agenda positiva nas negociações internacionais; com a democratização e a abertura econômica, no plano doméstico, positivando a natureza da política externa brasileira, que, no presente, precisa levar em conta a negociação de interesses setoriais. Por outro lado, apesar dessa mudança infligida, a política externa brasileira também pode ser caracterizada

²⁵ CASTRO NEVES, João Augusto. O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (Orgs.). Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, v. 2. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006. p. 365-387.

²⁶ PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. *International Organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, Summer, 1988.

pela continuidade, que se manifesta, em termos práticos, com a predominância do Itamaraty, com sua burocracia especializada, como órgão responsável pela formulação da política externa do País.

Acompanhando a predominância do Itamaraty como responsável pela formulação de política externa, vê-se que, segundo Maria Regina Soares de Lima²⁷, a continuidade se deve ao fato de essa política ser vista pelos detentores do poder nacional como uma política de Estado e não de governo, assegurando assim a continuidade das ações. Para o Embaixador Araújo Castro, a política externa é um dos principais instrumentos do projeto de desenvolvimento nacional:

A Política Internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar o seu Poder Nacional. Essa política não poderia ser mais autêntica nem mais brasileira. O nacionalismo não é, para nós, uma atitude de isolamento, de prevenção ou de hostilidade. É, ao contrário, uma grande vontade de participação nacional. É um esforço para colocar o Brasil no mundo, mediante a utilização de todos os meios e com o concurso de todos os países que queiram colaborar conosco no equacionamento e solução dos problemas mundiais. Esse nacionalismo é uma posição de afirmação e de maturidade do Brasil dentro da comunidade das nações.²⁸

Essa continuidade é corroborada, desde o início do século XX, com declarações em relação ao “destino de grandeza do Brasil”, pois se acredita que o Brasil deve ocupar um *lugar especial* no cenário internacional em termos político-estratégicos.

Na verdade, existem duas correntes de pensamento político no Ministério das Relações Exteriores, segundo as quais foi balizada a política externa brasileira nos dois últimos governos, com a posição dos institucionalistas pragmáticos e a dos autonomistas.

No âmbito das correntes autonomista e institucionalista pragmática, cada uma delas defende,

²⁷ LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 82, ano XIX, jna./ mar. 2005.

²⁸ ARAÚJO CASTRO, J.A. Organização e notas de Rodrigo Amado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

conforme era de se esperar, posição diferente sobre as estratégias e comportamento da política externa brasileira. De acordo com Saraiva (2010),

Um pensamento [é] mais favorável à abertura econômica embora sem abrir mão da política industrializante adotada no período desenvolvimentista, e um pensamento mais tradicional, nacionalista e desenvolvimentista que defende o desenvolvimento baseado na ampliação de setores de infraestrutura e de uma projeção industrial no exterior.²⁹

Os institucionalistas pragmáticos constituem uma corrente de pensamento político que se estabeleceu e se consolidou durante o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a gestão do chanceler Luiz Felipe Lampréia. É seminal a análise de Miriam Gomes Saraiva, que contextualiza a respeito dos institucionalistas pragmáticos, que, na verdade, priorizam o apoio do Brasil aos regimes internacionais em vigência. Esse posicionamento se deve ao entendimento de que a regulamentação das relações internacionais é favorável ao desenvolvimento econômico do Brasil, pois todos os países deverão respeitar as regras, inclusive os desenvolvidos.

Esse pensamento influenciou a atuação do país que passou a ser um “*global player*”, caracterizado por um comportamento mais ativo nos foros multilaterais. Outra característica marcante é a defesa da noção de “soberania compartilhada”, na qual os países, juntos, defenderiam os valores universais, tendo os regimes internacionais como garantia.

Aos países emergentes, como Rússia, Índia e China, o país não dispensou muita atenção. Houve a possibilidade do estabelecimento de parcerias estratégicas com esses países, em primeiro lugar, através da cooperação nuclear, aeroespacial e o exercício de uma ampla diplomacia voltada para a estruturação de um sistema internacional multipolar, como forma de contornar uma nova unilateralidade norte-americana.³⁰

29 SARAIVA, Miriam Gomes. A Diplomacia Brasileira e as Visões sobre a Inserção Externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. Mural Internacional, ano I, n. 1, p. 45-52, jan/jun 2010.

30 VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). Civitas – Revista de Ciências Sociais, vol. 5, n. 2, p. 381-397, Porto Alegre, jul-dez 2005.

Os resultados não se fizeram sentir, uma vez que o Brasil não cumpriu com os compromissos assumidos, impossibilitando o relacionamento com as potências emergentes. É mister afirmar que o Brasil cumpria apenas os compromissos com os países do Primeiro Mundo e com os organismos internacionais, deixando de priorizar o relacionamento com Estados-membros que viriam exponencialmente a participar da agenda internacional contemporânea. Outro ponto marcante, salientado pela corrente pragmática, foi a construção de uma liderança brasileira na América do Sul, baseada nas ideias de estabilidade democrática e desenvolvimento de infraestrutura, sendo aplicadas

“

Na verdade, existem duas correntes de pensamento político no Ministério das Relações Exteriores, segundo as quais foi balizada a política externa brasileira nos dois últimos governos, com a posição dos institucionalistas pragmáticos e a dos autonomistas.

”

pela soberania compartilhada. Contudo, a diplomacia brasileira não foi capaz de vencer os obstáculos inerentes a essa empreitada, com receio de que a integração pudesse atrapalhar o relacionamento do país com outros parceiros e, conseqüentemente, sua projeção internacional.

No segundo mandato, o Governo de FHC conseguiu identificar os vizinhos da América do Sul como parceiros e como peças importantes em sua ascensão internacional, já que a consolidação de um processo de integração regional, do ponto de vista

diplomático, fortaleceria a posição negociadora do Brasil em diferentes foros multilaterais.

Em termos práticos, o que foi feito para a consecução desses objetivos foi, em 2000, a construção da Comunidade Sul Americana de Nações e também da Iniciativa para a Integração Regional Sul Americana (IIRSA). Em relação ao MERCOSUL, a intenção era que o bloco atuaria como um reforço para a inserção internacional do Brasil, mesmo sem os condicionamentos próprios de um mercado comum ou de traços supranacionais, incluindo o ensino do idioma português nas escolas dos países vizinhos, e o ensino do espanhol nas escolas brasileiras.

No que se refere aos Estados Unidos, a política externa brasileira sofreu certos abalos, principalmente com os obstáculos colocados pelo governo brasileiro em relação à negociação para a formação da Área de

“

Uma das características mais marcantes da diplomacia no Governo Lula é a aproximação dos vizinhos da América do Sul, por meio da integração regional.

”

Livre Comércio das Américas (ALCA), que sofreu várias críticas internas, inviabilizando o acordo com a parte americana.

A outra corrente de pensamento político, que ficou conhecida como autonomista ou nacionalista, e tem ligação com o partido do Presidente da República, o Partido dos Trabalhadores (PT), evidencia a postura autônoma e universalista da política externa brasileira e, como traço mais marcante, ressalte-se o fortalecimento da presença brasileira na política internacional.

Em suma, a corrente autonomista, utilizada pela diplomacia do Governo Lula, tem como objetivo tornar o Brasil uma liderança regional e utilizar essa posição para se tornar uma potência mundial. Um dos objetivos dessa administração é a reforma institucional do Conselho de Segurança das Nações Unidas de forma a garantir um assento permanente para o País. Para isso, o Brasil vem se envolvendo cada vez mais em temas que considera primordial para o equilíbrio do sistema internacional, tais como: estabilidade econômica, atuando como credor na crise financeira de 2008; defesa de condições mais justas no comércio para todos os países, principalmente os menos desenvolvidos; participação ativa nos foros multilaterais, o G7, o IBAS, o BRIC e; em negociações de defesa do meio ambiente; dentre outras ações.

Uma das características mais marcantes da diplomacia no Governo Lula é a aproximação dos vizinhos da América do Sul, por meio da integração regional, conforme demonstrou o presidente Lula em discurso em 2002, logo após ser eleito: “Queremos impulsionar todas as formas de integração da América Latina que fortaleçam a nossa identidade histórica, social e cultural”.³¹ Para isso, o Brasil vem utilizando o *soft power* na construção de sua liderança regional, aceitando o papel de *playmaster* da região, com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras de infraestrutura em outros países.

No arco de toda reflexão sobre a busca da liderança na região como forma de alcançar seus objetivos globais, o Brasil lidera as Forças de Paz da ONU no Haiti, aportando recursos financeiros, desenvolvendo projetos sociais, treinando sua força militar, com uma visão de orientar as diretrizes da política externa brasileira para um cenário internacional que lhe traga maiores resultados e benefícios concretos para a sociedade.

Hodiernamente, percebe-se uma mudança diferenciada na ênfase imputada à política externa brasileira, uma tendência de aproximação aos países emergentes – como a Rússia, a Índia e a China –, aproveitando-se da propaganda gratuita gerada pela

³¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Compromisso com a Mudança. Brasília: Presidência da República. Discurso proferido em São Paulo, em 28.10.2002.

classificação do Brasil como um dos BRIC. Em janeiro de 2003, o presidente Lula demonstrou como seria o relacionamento do Brasil com o mundo:

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.³²

Ao analisarmos as proposições do Chefe de Estado, ao tomar posse em 1º de janeiro de 2003, e o Brasil de hoje, percebe-se que há uma sensação aguda de que vivemos um período de grande responsabilidade nas nossas relações externas, na consolidação de uma *Marca Brasil*, de uma cultura rica e diversificada, que inclui a música, a dança, o futebol, o Programa Bolsa-Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e um novo despertar para a difusão do conhecimento, arte e cultura; desenvolvimento da comunidade, dentre outras iniciativas. Para que se efetive o discurso do Presidente Lula, torna-se prioritário elencar três dimensões da política externa, a saber: uma diplomacia econômica, outra política e um programa social.³³ A primeira vem para atender os compromissos internacionais, como o pagamento da dívida externa; a segunda é marcada pela defesa dos interesses nacionais com a prática do protagonismo nas relações internacionais; e, por fim, a terceira dimensão está mais focada no desempenho do próprio Lula como porta-voz de uma nova agenda internacional voltada para a diminuição das desigualdades infligidas pelo modelo neoliberal de comércio e investimentos, que dificultaram o desenvolvimento dos países menos favorecidos.

Ao concluirmos essa análise teórica, procuramos demonstrar duas importantes correntes que influenciaram as ações da política externa do Brasil nos últimos anos; é certo afirmar que o caminho trilhado

³² MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Discurso do Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília: Presidência da República, 01.01.2003.

³³ Para dados adicionais e comentários, ver: VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005), op. cit., p. 381-397.

pelos executores dessas políticas aponta para a defesa da autonomia e a busca do desenvolvimento, porém, com estratégias diversas. O balanço provisório dos resultados alcançados pela diplomacia mostra que os avanços nas diversas áreas variam da mesma forma como varia também a distância entre as pretensões brasileiras e a realidade.

“ **O balanço provisório dos resultados alcançados pela diplomacia mostra que os avanços nas diversas áreas variam da mesma forma como varia também a distância entre as pretensões brasileiras e a realidade.** ”

Desse modo, no próximo tópico, analisaremos, com base no que foi discutido anteriormente, as ações realizadas especificamente no que diz respeito à diplomacia cultural.

REFLEXÕES ACERCA DA DIPLOMACIA CULTURAL E GOVERNO

As transformações ocorridas no cenário internacional nos últimos trinta anos e o debate sobre o desenvolvimento socioeconômico do Brasil nos remetem ao papel e a importância do Estado, cenário marcado pela diversidade cultural. É necessário e significativo compreender o papel exercido pela cultura nas relações internacionais, principalmente nas relações diplomáticas, que são pautadas pela reciprocidade, seja em relação à troca ou domínio seja na relevância da sociabilidade.

O uso da diplomacia cultural como instrumento de política externa colabora para o reconhecimento dos Estados por meio do

estabelecimento do intercâmbio cultural entre os países, de forma a aproximar esses atores e, a partir daí, lograr vantagens em acordos comerciais, de cooperação ou políticos.

Ao demonstrarmos o posicionamento dos formuladores de política externa de cada governo, principalmente de seus principais representantes, os Presidentes da República, nosso marco temporal nos conduz aos governos militares dos anos de 1960, que deram bastante importância às atividades culturais, o que continuou a ser uma prioridade governamental nas décadas seguintes. Havia, na verdade, um grupo de docentes e estudantes comprometidos com as mudanças sociais que se desenhavam no país, especialmente com o desenvolvimento da comunidade.³⁴

Como análise temporal, chamamos a atenção para a herança de Getúlio Vargas, que nos conduz a um acervo histórico que mostra as importantes estruturas governamentais responsáveis pela política cultural do país, e que começaram a ser criadas a partir da década de 1930, como o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Na acepção de Miceli (2001), foi “[...] um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo da intervenção governamental no âmbito da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma “identidade nacional” iluminista no trópico dependente”.³⁵

Durante o regime militar, a cultura recebeu vários incentivos, como a criação da Embrafilme, em 1969, do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), em 1972 e do Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973. Em 1975, o governo implantou uma série de iniciativas, como o Plano Nacional de Cultura (PNC), que mais tarde iriam colaborar para a criação do Ministério da Cultura (MinC) e da Fundação Nacional de Artes (Funarte).

34 Esta concepção é apresentada na obra *Diretrizes de Extensão*, organizada por Luiz Síveres, op. Cit., p. 12, e também por Maria Arminda do Nascimento Arruda, que enfatiza como “tradicionalmente concebidas como questão importante no rol das prioridades dos dirigentes brasileiros, sobretudo nos períodos de vigência dos regimes autoritários, as atividades culturais expandiram-se consideravelmente no transcurso do século XX”. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A política cultural: regulação estatal e mecenato privado*. Revista Tempo Social. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), nov. 2003.

35 MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 357-368.

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura pelo então Presidente José Sarney. Rebaixado mais tarde à Secretaria, durante o governo de Fernando Collor de Mello, somente em 1992, no governo de Itamar Franco, a cultura voltou a ter um Ministério próprio. Nesse período, compreendido entre 1985 e 1994, que antecedeu a presidência de Fernando Henrique Cardoso, a pasta da cultura no âmbito federal sofreu várias alterações, que afetaram o seu trabalho. Os altos e baixos no incentivo à cultura tiveram grandes repercussões no Brasil, tanto na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, até percorrer novos caminhos de mudança, com a abertura de novas frentes nos anos de 1990.

Esses novos caminhos de mudança são predominantes durante a gestão de oito anos, do Ministro da Cultura, Francisco Weffort, no governo de Fernando Henrique, quando foram implantadas as modificações da Lei Rouanet, em maio de 1995. A Lei Rouanet apresenta as seguintes alterações: aumento de 2% para 5% do percentual de abatimento do imposto de renda de pessoas jurídicas para o patrocínio de projetos culturais; reconhecimento da figura do agente cultural na negociação dos projetos, cujos custos poderiam ser incluídos ao orçamento; anulação do calendário para encaminhamento dos projetos, cuja aceitação passou a ocorrer ao longo de todo o ano; redução do prazo oficial de noventa para sessenta dias, dedicado à apreciação dos projetos.³⁶

A implementação da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), também conhecida por Lei Rouanet, criou um “mercado de patrocínios” que estimulou o aparecimento de setores interessados em investir na cultura. Como consequência à implementação da Lei, podemos depreender duas possibilidades de reação dos setores envolvidos: 1º) um aumento maciço dos investimentos para a cultura e a integração de setores antes distantes da lógica cultural – como o caso da cultura popular, por exemplo; 2º) o crescimento do mecenato privado, onde as estratégias publicitárias teriam lugar de destaque na destinação de verbas em detrimento à função social de promoção da cultura brasileira.³⁷

36 Cf. Brasil. Ministério da Cultura. Documentos oficiais, 1995.

37 MOISÉS, José Álvaro. Os efeitos das leis de incentivo. In: WEFFORT, Francisco & SOUZA, Márcio (Orgs.). *Um olhar sobre a cultura brasileira*.

TABELA 1: INVESTIMENTOS EM CULTURA: CAPTAÇÃO (LEIS ROUANET/AUDIOVISUAL) E ORÇAMENTO REALIZADO (1996-2002)

Estado/Região	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
Centro-Oeste	28.385.129,09	34.069.381,96	34.043.873,17	35.916.196,72	44.031.131,28	42.476.634,33	40.746.077,35	259.668.423,91
Nordeste	17.659.792,90	25.687.382,10	24.815.912,53	30.948.073,37	30.358.292,53	44.222.659,62	23.396.021,47	197.088.134,52
Norte	7.530.180,80	6.942.801,23	9.081.149,10	8.149.814,36	6.175.796,73	8.359.496,33	4.907.158,80	51.146.397,35
Sudeste	208.971.314,38	313.296.999,56	280.438.188,45	271.530.059,73	366.116.982,57	439.215.473,45	259.145.928,43	2.138.714.946,57
Sul	16.667.699,00	24.984.276,45	27.711.319,17	31.180.292,07	34.703.223,35	48.497.350,26	34.376.789,65	218.120.949,95
Nacional	45.888.954,00	53.503.445,00	53.108.836,00	58.766.692,00	62.706.017,00	94.717.658,00	69.985.764,00	438.677.366,00
Exterior	1.057.068,00	1.217.561,00	2.342.852,00	4.148.531,00	5.743.589,00	8.727.114,00	6.334.486,00	29.571.201,00
Total Geral	326.160.138,17	459.701.847,30	431.542.130,44	440.639.659,25	549.835.039,46	686.216.386,00	438.892.225,70	3.332.987.419,31

Fonte: Captação Lei Rouanet/Audiovisual: Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (posição em 29/11/2002); Orçamento/Dados Financeiros: SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira. A regionalização dos dados financeiros foi definida com base no banco de dados do cadastro de Plano Interno, cuja série histórica foi objeto de revisão técnica realizada em outubro/2002.

Isso ocorreu devido ao método utilizado pela Lei, pois os investimentos realizados pelos patrocinadores no âmbito cultural eram 100% abatidos dos impostos. Ou seja, o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, isto é, aquele que seria pago de impostos. O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do Ministério na gestão Weffort.

Não devemos nos admirar que essa elite que pretendia representar o Brasil na realização de uma cultura verdadeiramente autêntica estivesse preocupada com suas próprias motivações e não em auscultar a realidade nacional. Para José Álvaro Moisés, as motivações das empresas para investimentos em cultura eram “[...] ganho de imagem institucional (65,04%); agregação de valor à marca da empresa (27,64%); reforço do papel social da empresa (23,58%); benefícios fiscais (21,14%); retorno de mídia (6,5%); aproximação do público-alvo (5,69%); outro (3,25%); não citou (11,38%)”.³⁸

Como resultado dessa prática, tivemos uma concentração na aplicação dos recursos, conforme será explicitado na Tabela 1. Esta apresenta uma análise do investimento total em cultura entre os anos de 1996 e 2002. Não resta dúvida do aumento dos investimentos realizados na área. Contudo, conseguimos estabelecer o privilégio da região Sudeste, seguida pela região Centro-Oeste na distribuição dos recursos.

Com base nos dados da Tabela 1 e diante da lógica da Lei Rouanet, amplamente aplicada no País, pode-se afirmar que a política do Governo FHC para a cultura foi pautada principalmente nas questões de financiamento, tributação, isenção fiscal e marketing empresarial, chegando-se, assim, a um resultado curioso. O ideal desenvolvimentista que deveria ocupar uma posição privilegiada, a ponto de constituir um centro de referência a partir do qual todas as outras posições devessem definir-se, revela-se falha, sem um fim precípuo que é a representatividade da realidade constituída pelo processo social brasileiro.

No entanto, amparado por seu prestígio internacional e após sua experiência como Chanceler do Presidente Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso passa a interagir com maior frequência no cenário internacional do que seus antecessores. O modelo de inserção internacional do Brasil, adotado por Cardoso, se dá pelas propostas neoliberais, difundidas pelo Consenso de Washington, conhecida pela “aceitação explícita da chamada Nova Ordem Mundial”.³⁹

No âmbito do MERCOSUL, durante a gestão de Fernando Henrique, pouco foi feito em relação à integração por meio da cultura. Em 1995, em Assunção, foi criada a Reunião de Ministros e Responsáveis de Cultura, como foro negociador. Porém, essa reunião não teve o propósito comercial, foi simplesmente o resultado de criação de um espaço institucionalizado para a cultura no âmbito do MERCOSUL, o que

39 BARNABÉ, Israel Roberto. *O Itamaraty e a Diplomacia Presidencial nos governos FHC e Lula*. Trabalho apresentado na Conferência Internacional Conjunta ABRI-ISA, julho de 2009.

Brasília: Ministério da Cultura, 1998. p. 445-462.

38 MOISÉS, José Álvaro, op. cit., p. 446.

propiciou a estimulação do estudo por pesquisadores e instituições acadêmicas e culturais relativas à incidência econômica da atividade cultural e das políticas públicas nas indústrias culturais dos países-membros. Lamentavelmente, os resultados de tais pesquisas não foram aproveitados de forma a beneficiar a sociedade.

Em 1996, foi criado o Parlamento Cultural do MERCOSUL (PARCUM), com vistas a criar um apoio institucional e legislativo para o MERCOSUL Cultural, harmonizando as legislações culturais dos países. Assim, no mesmo ano, em Fortaleza, foi criado pelos presidentes o selo "MERCOSUL Cultural" e foi assinado o "Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL".

Reportando-nos ao contexto contemporâneo, dos dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, verifica-se a presença da figura de Gilberto Gil que, por sua dimensão nacional e internacional, contribuiu significativamente para o avanço do Ministério da Cultura e para sua busca de superação de três tristes tradições. Dentre elas, "a ausência, o autoritarismo e a instabilidade".

A ausência se apresenta desde os tempos da colônia, onde a cultura era tratada como um privilégio numa sociedade elitista, o que não foi alterado após a independência da república.

O autoritarismo, durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e dos governos militares (1964-1985), se reflete nas intervenções realizadas no campo cultural, e que visavam instrumentalizar a cultura; isto é, domesticar seu caráter crítico; submetê-la aos interesses autoritários; buscar sua utilização como fator de legitimação das ditaduras e, por vezes, como meio para a conformação de um imaginário de nacionalidade, que só causava pesadelos à população.⁴⁰

Por fim, a instabilidade, que seria a conjugação de ausência e autoritarismo, perpassa por um complexo conjunto de fatores, como ausência de políticas permanentes, assim como descontinuidades administrativas, e ademais, a incapacidade de transformar política de governo em política de Estado.

⁴⁰Um aporte importante para essa análise encontra-se em: RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas Culturais no Governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 31, n. 1, p. 183-203, São Paulo, jan/jul 2008.

“ Verifica-se a presença da figura de Gilberto Gil que, por sua dimensão nacional e internacional, contribuiu significativamente para o avanço do Ministério da Cultura e para sua busca de superação de três tristes tradições. Dentre elas, “a ausência, o autoritarismo e a instabilidade”. ”

É nesse contexto que se insere o início do Governo Lula e do Ministro Gilberto Gil, à frente do MinC. Como ponto de partida, Gil privilegia a ação do Estado nas funções de formulação e implementação de políticas culturais, como forma de fugir da tradição de ausência a que foi relegada a cultura no Brasil. Em seu discurso de posse no Ministério da Cultura, ele reafirma a necessidade de o Estado exercer uma posição mais central no processo de formulação e execução das políticas públicas, além de fazer uma crítica ao governo passado e sua ação dependente e submissa ao mercado, através da lei de incentivo:

[...] o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado.⁴¹

Os primeiros quatro anos de Lula e Gil em relação a políticas públicas de cultura são orientados a partir de três diretrizes conceituais: simbólicas, econômicas e cidadãs. Pode-se entender a dimensão simbólica a partir dos esforços desse governo em atribuir aos bens

⁴¹GIL, Gilberto. Discurso do Ministro da Cultura durante a solenidade de transmissão do cargo, em 14.06.2010, Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

culturais valor de patrimônio do povo brasileiro. Dessa forma, o primeiro mandato da gestão Lula buscou promover a cultura brasileira a portadora de conteúdos singulares e valores universais.

A dimensão econômica é inegável, pois, “no ano de 2003, as atividades culturais foram responsáveis pela movimentação de 7% do PIB mundial” e, “no ano de 2002, os Estados Unidos, Reino Unido e China, sozinhos, foram responsáveis por 40% da circulação de mercadorias culturais no mundo”. Ainda sobre a dimensão econômica, a UNESCO ⁴² constatou que o comércio de bens culturais passou de US\$39.3 bilhões, em 1994, para US\$59.2 bilhões em 2003 e, de acordo com Bentley, “há cem anos, menos de 10% das pessoas trabalhavam no setor cultural da economia, em 1950, este percentual subiu para 15%. Nas duas últimas décadas, houve uma explosão e, atualmente, cerca de 30% dos trabalhadores das nações industriais avançadas encontram-se no setor cultural.”⁴³

A dimensão cidadã se refere ao melhor aproveitamento dessas capacidades oferecidas pela cultura para o desenvolvimento social da região, como a América do Sul. Essas três diretrizes resumem uma característica marcante da atuação desse governo no âmbito da cultura, a importância dada ao social. Para Lula e Gil, a cultura desempenha um papel estratégico de desenvolvimento tanto no plano nacional como no plano internacional, no sentido de disseminar a centralidade da cultura e das atividades econômicas relacionadas a ela, defendendo publicamente a ideia de que a cultura deve ser uma das prioridades do governo e da sociedade na construção de um novo projeto de nação. Defendendo, ainda, que a meta da ampliação do grau de acesso da população aos meios de produção de cultura e aos bens e serviços culturais produzidos é uma meta de Estado.⁴⁴

Em suma, trata-se de uma mudança no modo como o governo, o MinC, os agentes econômicos do setor, os criadores e os demais cidadãos encaram a cultura, o papel do Estado na cultura, e seus inúmeros

⁴² UNESCO. *International Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-2003*. Paris: UNESCO, 2005.

⁴³ BENTLEY, Tom. *Europe in the Creative Age: Knowledge and Skills for the new economy*. London: Demos Publish, February 2004.

⁴⁴ GIL, Gilberto. *Discurso sobre a promoção da Economia Criativa pelo governo brasileiro*. Documento oficial do Governo Brasileiro, Brasília: Ministério da Cultura: 14.04.2005.

benefícios para a sociedade. E tudo isso deságua nas questões internacionais. Reforçar a cultura brasileira, sua difusão no exterior, a constituição de um setor empresarial forte de produção e difusão, o grau de diversidade cultural e acesso, enfim, reforçar a identidade cultural do país e a sua capacidade de produzir e difundir esta cultura são metas governamentais, que visam impactar diretamente o desenvolvimento do país e sua inserção no mundo globalizado.

Nesse sentido, o Governo Lula e o Ministério da Cultura vêm deslocando as políticas culturais para o centro do debate do desenvolvimento nacional e das relações de intercâmbio do Brasil com outros países.

“ Para Lula e Gil, a cultura desempenha um papel estratégico de desenvolvimento tanto no plano nacional como no plano internacional, no sentido de disseminar a centralidade da cultura e das atividades econômicas relacionadas a ela, defendendo publicamente a ideia de que a cultura deve ser uma das prioridades do governo e da sociedade na construção de um novo projeto de nação. ”

Algumas iniciativas que corroboram a afirmação dos representantes do Governo são: a Agenda para o Desenvolvimento, elaborada pelo MinC e pelo governo argentino com o objetivo de criar um programa no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI); no âmbito do MERCOSUL, a criação

do selo MERCOSUL Cultural e da Rede Especializada de Cinema e Audiovisual de MERCOSUL (RECAM); participação na Rede Internacional de Políticas Culturais, encontro entre ministros da cultura para a aprovação da convenção da UNESCO; participação na Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD).

O discurso oficial e as ações acima citadas reafirmam a posição do governo de promover

“ Nosso acervo cultural de lendas e folclores, do Bumba meu boi, do Carnaval em Olinda, das lutas medievais em Pirenópolis, das tradições em Parintins, Região Amazônica, precisam ser valorizadas e perpetuadas, não só pelo povo brasileiro, mas pela Academia, através de programas de extensão universitária. ”

a diversidade cultural como forma de diminuir as assimetrias que surgiram em consequência à globalização. Dentre os pontos principais destacam-se a necessidade de compreender a dimensão econômica crescente da cultura e encontrar formas de cooperação que permitam que as populações mais pobres detentoras de saber, cultura e identidade, usufruam plenamente dos benefícios e riquezas da propriedade intelectual. De modo especial, essas características contemporâneas da cultura adquirem outras feições quando encaradas no contexto dos países em desenvolvimento, como é o caso da América do Sul. Nesse viés, a política cultural internacional transforma-se em um dos principais elementos de enfrentamento de assimetrias internacionais que, no

limite, resultam em modelos hegemônicos, em formas centralizadas de comunicação social, em formas concentradoras de gestão de conteúdo. O cerne de uma política cultural deve embasar-se em uma luta constante para que a democracia se realize num plano mais efetivamente cultural e abrigue melhores condições de acesso a conteúdos culturais e modelo de proteção da diversidade cultural. Nosso acervo cultural de lendas e folclores, do Bumba meu boi, do Carnaval em Olinda, das lutas medievais em Pirenópolis, das tradições em Parintins, Região Amazônica, precisam ser valorizadas e perpetuadas, não só pelo povo brasileiro, mas pela Academia, através de programas de extensão universitária.

Nesse sentido, ao nos reportarmos aos cientistas políticos como Joseph Nye, autor já mencionado neste trabalho, enfatizamos, uma vez mais, que, com o avanço da globalização, a cultura e o *soft power* passaram a ser mais importantes para as relações internacionais do que o *hard power*. O país que almejar liderança política deverá buscá-la por meio da atração, da legitimidade e da credibilidade internacional.

Vista como instrumento fundamental para a governança global no século XXI, as diretrizes formuladas pela Convenção da UNESCO balizam o discurso legitimador de conflitos e até daquela forma de guerra que, absurdamente, ainda se dá pela noção de choque de civilizações – conflitos culturais que seriam a causa maior da indústria bélica e das intervenções unilaterais. Esses pontos basilares trazem à tona o contexto de que os conflitos têm origem na diversidade cultural que distingue as nações e bloqueia o relacionamento entre elas. Para os formuladores da política brasileira, como o ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil, os verdadeiros culpados pelas assimetrias existentes são as restrições impostas pelos países desenvolvidos em matéria de propriedade intelectual que “limitam a tecnologia e os direitos sociais e culturais da população”.⁴⁵

É nesse contexto, de debate acerca da capacidade cultural de gerar inclusão social e desenvolvimento econômico e humano, sem o domínio hegemônico ora

45 GIL, Gilberto. Discurso sobre a promoção da Economia Criativa pelo governo brasileiro. Documento oficial do Governo Brasileiro, op. cit, 2005. Ver também: GIL, Gilberto. Cultura, diversidade e acesso. Diplomacia, Estratégia e Política, out./dez. 2007. p. 49 a 60.

em vigor, e propiciada pelas políticas implementadas através das portas de um multilateralismo reformado, que orienta a diplomacia cultural brasileira.

O que dissemos até agora pontua os avanços e retrocessos de uma política direcionada à cultura. No que se refere aos problemas, enfatiza-se o MERCOSUL, que carece de ações coordenadas dos governos como forma de apresentar uma imagem coesa para divulgação internacional.

No caso dos países africanos, foi realizado, em 2003, o “Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio”, com o objetivo de discutir os “temas relevantes para a promoção e aprofundamento das relações do Brasil com o continente africano, com ênfase em três áreas: política e questões sociais; economia e comércio; educação e cultura”.⁴⁶ Devemos agora ir mais longe e incluir nessa relação as numerosas viagens realizadas tanto pelo Presidente da República quanto pelos ministros Celso Amorim e Gilberto Gil, este, principalmente, na Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, além de vários atos celebrados entre o Brasil e os países africanos.

De forma semelhante, houve por parte do Governo Lula a preocupação de estabelecer relações de amizade com os países árabes. Logo em seus primeiros anos de governo, o Presidente realizou visita ao Líbano e à Síria, por serem países que possuem vínculos com o Brasil, através das imigrações. Nesse sentido, com a ajuda da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Câmara de Comércio Árabe Brasileira, contando também com a parceria dos Ministérios do Turismo, Esporte, Cultura e Relações Exteriores, foi realizada a “Semana do Brasil em Dubai”, com o objetivo de “estreitar as relações políticas, econômicas e comerciais entre o Brasil e os países árabes, além de promover a “*Marca Brasil*”, desenvolver novas oportunidades comerciais e destacar o País no contexto do mercado internacional” (BRASIL, 2003). O evento incluiu shows de música e danças típicas brasileiras e a realização da “1ª Semana Gastronômica do Brasil em Dubai”. Este foi um bem sucedido esforço de apresentar o País por meio de sua cultura, mas não

se esquecendo dos negócios.

Além do MinC, do MDIC e sua agência de promoção comercial e da Presidência da República, outro importante organismo governamental que merece destaque por sua atuação na difusão cultural é o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio do Departamento Cultural (DC) e suas divisões. O Departamento Cultural é importante instrumento da diplomacia brasileira e desempenha uma variedade de atribuições que contribuem para a maior aproximação do Brasil a outras nações. Basicamente, o Departamento Cultural tem por função auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil. Além disso, ocupa-se do relacionamento do País com as instituições multilaterais de natureza cultural, propiciando o fomento de projetos e incentivando os artistas brasileiros a apresentarem seus trabalhos em feiras e congressos internacionais.

Outra função do Departamento Cultural é coordenar a rede de Institutos Culturais e Centros de Estudos Brasileiros existentes no mundo. Esses Institutos, oito no total, atuam junto às Missões Diplomáticas e consulares da Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Itália, Uruguai e Venezuela. Um importante feito do Departamento foi a realização do “Ano do Brasil na França”, realizado em 2005. Cabe ressaltar que o maior incentivo para a realização desse evento veio do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no ano 2000, por ocasião das comemorações dos 500 anos de Descobrimto do Brasil.⁴⁷

Com efeito, o balanço da programação realizada na França, segundo Amaral (2008) foi o seguinte:

Mais de 2.500 artistas, intelectuais e operadores culturais deslocaram-se à França ao longo de 2005, para participar das manifestações inscritas na programação oficial que reuniu 104 exposições: 29 patrimoniais, 44 de arte contemporânea, 20 de fotografia e 11 de arquitetura e design; 28 projetos de teatro, dança e circo, que se desdobraram em 492 espetáculos, apresentados em 86 cidades francesas; 60 projetos musicais geraram 318

⁴⁷ AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. O Ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

⁴⁶ BRASIL, 2003.

apresentações, em 67 cidades; 64 colóquios e eventos literários foram organizados, assim como 37 projetos na área do cinema e do audiovisual envolvendo 429 filmes em 1.298 projeções. Realizaram-se, ademais, 40 projetos multidisciplinares que envolveram 64 exposições, 197 espetáculos musicais, 34 de dança e teatro, 31 projeções de filmes e 42 seminários e eventos literários, bem como 8 eventos esportivos, 3 de gastronomia e um educativo.⁴⁸

Em termos econômicos, segundo a APEX, o “Ano do Brasil na França” gerou 300 milhões de reais em vendas de “produtos + cultura”. Em termos culturais, ajudou a ampliar a percepção do Brasil pela sociedade francesa e pelos turistas que por ali passaram durante a temporada. Em artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, o Embaixador Rubens Barbosa (2005) se mostrou surpreso com a repercussão do evento:

Num mundo globalizado e de comunicação imediata, é regra do jogo a competição em todos os campos – econômico, financeiro, por espaço na mídia, no mundo das artes e por aí a fora. Em recente passagem por Paris pude constatar como uma ação planejada conjuntamente pelos Governos da França e do Brasil pode ampliar e diversificar a percepção dos franceses sobre nosso país. Trata-se do Ano do Brasil na França. [...] A presença cultural do Brasil numa cidade irradiadora de informação como Paris e visitada por um enorme número de turistas de todas as nacionalidades mostra como é possível querendo e sendo criativo ajudar a projetar nosso país como um parceiro moderno, dinâmico, e não apenas o país do carnaval.⁴⁹

As estratégias de divulgação da cultura brasileira, e suas repercussões no âmbito do “Ano do Brasil na França”, segundo Amaral (2008)⁵⁰ foram as seguintes:

- Mais de 15 mil artigos publicados sobre o Brasil.
- 68 revistas francesas publicaram números especiais sobre o País.
- 109 documentários inéditos foram produzidos.
- O número de inscritos em cursos de

⁴⁸Idem.

⁴⁹BARBOSA, Rubens. Percepção externa, artigo publicado no O Estado de S. Paulo, 08.11.2005.

⁵⁰AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. O Ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural, op. cit, 2008.

português nas escolas francesas saltou de 10.000 (patamar histórico) para 12.000 alunos.

- Incremento de cerca de 54 milhões de dólares na receita turística.

A realização dessa jornada cultural foi uma prova da capacidade brasileira de representar a nação e uma demonstração de que é imprescindível, “num mundo onde os atores não governamentais opinam crescentemente e tem, a cada dia, voz mais ativa”, a

“ A realização dessa jornada cultural foi uma prova da capacidade brasileira de representar a nação e uma demonstração de que é imprescindível, “num mundo onde os atores não governamentais opinam crescentemente e tem, a cada dia, voz mais ativa”, a busca por reconhecimento pelos demais países acerca das potencialidades inerentes ao Brasil, como um país rico e diverso, e sua capacidade de cooperar para o “concerto das nações”. ”

busca por reconhecimento pelos demais países acerca das potencialidades inerentes ao Brasil, como um país rico e diverso, e sua capacidade de cooperar para o “concerto das nações”.

Igualmente e finalizando a análise sobre a atuação do Ministério das Relações Exteriores para a difusão cultural, devemos nos ater a uma última atividade realizada pelo Departamento Cultural, o papel dos Centros Culturais Brasileiros. Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua

Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à coedição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão Cultural Brasileira, como palestras, seminários e outros.

De acordo com dados oficiais do Ministério da Cultura do Brasil, atualmente existem 21 (vinte e uma) unidades, assim distribuídas: 12 (doze) no continente americano, 3 (três) no continente europeu e 6 (seis) no continente africano. Os novos são os de Porto Príncipe, Praia, São Tomé, Pretória, Panamá e São Domingo. Há ainda 3 em fase de instalação: Díli, Guatemala e Túnis.

CONCLUSÃO

O projeto de inserção internacional brasileiro e a política externa adotada pelos dois governos analisados são bastante opostos. Numa análise comparativa, verifica-se que, enquanto o governo de Fernando Henrique Cardoso se pautou pelas proposições neoliberais do “Consenso de Washington”, voltadas para potências hegemônicas, como Estados Unidos e União Europeia, o Governo Lula foi pautado pela aproximação aos países emergentes vizinhos, e que possuem alguma identidade cultural com o Brasil, caracterizando a construção de uma nova distribuição de poder no mundo.

A forma de condução da política de divulgação brasileira no exterior do Governo Lula denota a dupla abordagem empreendida ao longo do período analisado: por um lado, verifica-se o aumento da presença brasileira nos países vizinhos, na África, com atuação de ator “global” nos foros Sul-Sul; e nos países Árabes. A amplitude dessas ações ajusta-se à prioridade do Governo Lula a essas regiões; mas, por outro lado, os programas de maior amplitude e mais exitosos foram realizados no Velho Continente, demonstrando a preocupação em apresentar a imagem de um Brasil emergente e potente, que pode dialogar com as grandes potências de igual para igual.

Além disso, coaduna a ideia de desenvolvimento, nos âmbitos interno e externo, combatendo o domínio

cultural exercido pelos países desenvolvidos através da defesa da diversidade cultural que traz como consequência a promoção das economias nacionais e do comércio.

Com projetos opostos, o uso da diplomacia cultural percebida no período analisado e entendida como ferramenta de política externa só poderia ser diversa. Apesar do livre trânsito adquirido por suas capacidades intelectuais e políticas no cenário internacional, Fernando Henrique Cardoso não conseguiu traduzir essa aparente aproximação com os países mais desenvolvidos e seus líderes em benefícios

“
**Consideramos a cultura
 como fundamental para
 os destinos de uma nação
 e o desenvolvimento
 de seus cidadãos.**
 ”

para o Brasil. O que se verificou, ao fim dessa análise e que nega a hipótese inicial de continuidade de um governo para o outro, foi uma apatia na política externa voltada para a cultura, esses dados são confirmados pelos quase inexistentes programas culturais empreendidos no plano internacional como forma de promover o País.

Por outro lado, e apesar da desconfiança inicial gerada pela ideologia partidária de Lula, a política externa do País apresentou enorme avanço nos quesitos inserção e promoção internacional, apoiados principalmente pelos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores. A partir de diretrizes claras e amplamente divulgadas pelo próprio Presidente Lula, segundo o qual, as relações internacionais necessitam de uma reforma que acolha todas as nações, de acordo com seu potencial e reparando injustiças históricas, a diplomacia cultural foi utilizada como alternativa ao uso mais incisivo do poder pelos Estados mais desenvolvidos.

As referências bibliográficas utilizadas no decorrer deste trabalho trouxeram à tona a constatação

da incipiência de fontes sobre a política externa cultural do País, principalmente sobre o período compreendido entre 1995 e 2002, da era Cardoso.

No entanto, o objetivo central deste trabalho balizou-se na contribuição para a disseminação do tema, tanto no âmbito interno quanto no externo, a fim de levantar discussões que nos permitam avaliar melhor as estratégias e prioridades do Brasil no que diz respeito à inserção internacional, além de ampliar a compreensão da política externa brasileira e seus atores; assim como incentivar os docentes e discentes a trabalharem com o tema.

Como reflexão final, consideramos a cultura como fundamental para os destinos de uma nação e o desenvolvimento de seus cidadãos. Independentemente da posição weberiana da neutralidade ética diante do fenômeno cultural dotado de fecundidade econômica e social, a cultura mostra-se essencial para a vida de um povo.

REFERÊNCIAS

- ALTEMANI, Henrique. **A política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. **O ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.
- AMORIM, Celso. Uma diplomacia voltada para o desenvolvimento e a democracia. In: JUNIOR, Gelson Fonseca e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (Orgs.). **Temas de política externa brasileira II**. São Paulo: Paz e Terra, 1994. Volume I.
- ARAÚJO CASTRO. **Organização e notas de Rodrigo Amado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. **A política cultural: regulação estatal e mecenato privado**. Revista Tempo Social, São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), nov. 2003.
- BARBOSA, Rubens. Percepção externa. **O Estado de S. Paulo**, 8 nov. 2005.
- BARNABÉ, Israel Roberto. **O itamaraty e a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula**. Trabalho apresentado na Conferência Internacional Conjunta ABRI-ISA, julho de 2009.
- BENTLEY, Tom. **Europe in the Creative Age: knowledge and skills for the new economy**. London: Demos Publish, February 2004.
- BERTONHA, João Fábio. **Hard, soft or smart power? Perspectivas para a nova política externa dos Estados Unidos**, Boletim Meridiano 47, 24 mar. 2009.
- BIJOS, Leila. **A tempestade ou o pesadelo da globalização**. Brasília: Editora Universa, out. 2001. (Texto para Discussão N° 2 da Série Relações Internacionais)
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Documentos oficiais**. Brasília: MINC, 1995.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Compromisso com a Mudança**. Brasília: Presidência da República. Discurso proferido em São Paulo, em 28.10.2002.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva na sessão de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Presidência da República. Discurso proferido em São Paulo, em 01.01.2003.
- CASTRO NEVES, João Augusto. O Congresso Nacional e a Política Externa Brasileira. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antonio Carlos (Orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006. p. 365-387. Volume II.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- FERREIRA, Marcos dos Santos. **Definições conceituais para o entendimento da política externa dos Estados Unidos: as noções de poder duro (hard power) e poder brando (soft power)**. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/artigos/Marcos.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- FRIEDMAN, Thomas L. **O Lexus e a Oliveira: entendendo a globalização**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- GIL, Gilberto. Cultura, diversidade e acesso. **Diplomacia, Estratégia e Política**, out./dez. 2007, p. 49 a 60.
- _____. **Discurso sobre a promoção da Economia Criativa pelo Governo brasileiro**. Documento oficial. Brasília, Brasil: Ministério da Cultura, 14 abr. 2005.
- HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Tradução de M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- IORIS, Rafael R. A globalização cultural e os desafios para

uma governança global democrática. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, ano I, n.1, p. 33-39 jan./jun 2010. Disponível em: <http://www.ppgri.uerj.br/pdf/Mural_internacional.pdf>.

KRATOCHWIL, Friedrich V. *Constructivism as an Approach*. In: **Constructing international relations: the next generation**. Londres: M.E. Sharpe, 2001.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 82, ano XIX, jan./mar. 2005.

SÍVERES, Luiz (Org.) **Diretrizes de extensão**. Brasília: Universa, 2009.

MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 357-368.

MOISÉS, José Álvaro. Os efeitos das leis de incentivo. In: WEFFORT, Francisco & SOUZA, Márcio (Orgs.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Brasília: Ministério da Cultura, 1998. p. 445-462.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2005.

NYE JR., Joseph S. *The Benefits of Soft Power*. In: **Soft Power and leadership compass: a journal of leadership, Spring 2004**. Center for Public Leadership, John F. Kennedy School of Government, Harvard University.

NYE JR., Joseph S. **O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2002.

ORTIZ, Renato. **Mundialização da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games**. *International Organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, Summer, 1988.

RIBEIRO, Edgar Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

RISSE-KAPPEN, Thomas. *Between a New World Order and None*. In: **Critical security studies**. Minneapolis: Minnesota University Press, 1997.

RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Tradução de Denise Bottmann. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1991.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do estado-providência**. Goiânia: Editora UnB e Editora UFG, 1997.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n.1, p. 183-203, jan./jul. 2008.

SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista dos. Diversificação das relações internacionais e teoria da interdependência. In: BEDIM, Gilmar Antonio (Org.). **Paradigmas das relações internacionais: idealismo - realismo - dependência – interdependência** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000. (Coleção Ciências Sociais)

SARAIVA, Miriam Gomes. **A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas**. *Mural internacional*, ano I, n.1, p. 45-52, jan./jun. 2010.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das relações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no MERCOSUL. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 01, p. 53-69 jan./jun. 2008.

SOUZA, Amaury de. **A agenda internacional do Brasil: a política externa brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier: CEBRI, 2009.

THE COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. **Our global neighborhood the report of the commission on global governance**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

UNESCO. **International flows of selected cultural goods and services, 1994-2003**. Paris: UNESCO, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 381-397, jul./dez. 2005.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Tradução de Carlos Sérgio Duarte. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.